

# Centro Universitário Processus

## CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS Prática Extensionista

### PROJETO (2025.1)

#### 1. Identificação do Objeto

##### Atividade Extensionista:

- PROGRAMA
- PROJETO
- CURSO
- OFICINA
- EVENTO
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- AÇÃO DE EXTENSÃO SOCIAL

**Área Temática: Temas de Direito Empresarial.**

**Linha de Extensão:** Direito Empresarial: contratos mercantis.

**Local de implementação (Instituição parceira/conveniada):** Feira do Produtor de Ceilândia.

**Título Geral:** Sociedade Limitada: Aspectos Jurídicos no Direito Empresarial.

#### 2. Identificação dos Autor(es) e Articulador(es)

**Curso:** Direito

**Coordenador de Curso:** Adalberto Nogueira Aleixo

**Articulador(es)/Orientador(es):** Prof. Amaury Walquer Ramos de Moraes

**Aluno(a)/Equipe:**

Nome Completo	Curso / Matrícula
Caio Alexandre do Nascimento Silva	Direito / 2223180000081
Camille Rodrigues de Sousa	Direito / 2323180000171
Enzo de Paulo Barroso	Direito / 2423180000174
Érica Valentin Makino	Direito / 2313180000019
Igor Gonçalves Loures	Direito / 2413180000070

## Centro Universitário Processus

Laís Milena Feitosa de França	Serviços jurídicos e notariais / 2417200000022
Murillo Kallil Lacerda Mamede	Direito / 2323180000126
Renato de Oliveira	Direito / 2423180000173

### **3. Desenvolvimento**

#### **Apresentação:**

O presente projeto consiste em uma pesquisa bibliográfica delimitada pelas diretrizes relativas à sociedade limitada, regulada pelos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil. Trata-se da forma societária predominante no Brasil, caracterizando-se pela limitação da responsabilidade dos sócios ao valor de suas quotas. Sua constituição exige a formalização de um contrato social, que deve conter a denominação, o objeto, o capital social e as regras de administração, seguido do registro na Junta Comercial para a aquisição da personalidade jurídica.

#### **Fundamentação Teórica:**

A sociedade limitada, disciplinada pelos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil Brasileiro, representa uma das formas societárias mais comuns no país, especialmente entre pequenas e médias empresas. Conforme Mamede (2020), sua principal característica é a limitação da responsabilidade dos sócios ao valor de suas quotas, proporcionando maior segurança patrimonial. Tal estrutura visa equilibrar os interesses dos empreendedores, combinando proteção jurídica e flexibilidade na gestão.

A constituição da sociedade limitada ocorre mediante contrato social registrado na Junta Comercial. Esse contrato deve conter informações essenciais, como identificação dos sócios, objeto social, sede, capital social e distribuição de quotas. Segundo Coelho (2021), a sociedade limitada oferece um modelo híbrido, permitindo a adoção de normas das sociedades anônimas caso previsto em contrato. Essa flexibilidade é um diferencial que possibilita adaptações conforme as necessidades do negócio.

## Centro Universitário Processus

O capital social, conforme o artigo 1.052, é dividido em quotas, representando a participação de cada sócio. A integralização dessas quotas é obrigatória, e todos os sócios respondem solidariamente até a integralização total do capital (art. 1.052, parágrafo único). Esse mecanismo garante maior segurança aos credores da empresa, evitando que a sociedade opere sem os recursos necessários para sua manutenção.

O administrador tem o dever de atuar com diligência e lealdade na condução dos negócios, podendo ser responsabilizado civil e criminalmente em caso de abuso de poder ou desvio de finalidade (MAMEDE, 2020). Além disso, “deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios” (Art. 1.011, Código Civil)

As deliberações sociais ocorrem em assembleias ou reuniões e questões como alterações contratuais e nomeação de administradores não sócios exigem deliberação coletiva. Segundo Mamede (2020), essa estrutura garante a participação dos sócios nas decisões relevantes, promovendo um ambiente de gestão compartilhada e equilibrada.

No que tange aos direitos e deveres dos sócios, a retirada voluntária e a exclusão são disciplinadas pelo artigo 1.085 do Código Civil. A exclusão pode ocorrer nos casos de falta grave, devendo ser assegurados o contraditório e a ampla defesa. A dissolução da sociedade pode se dar por decisão dos sócios, término do prazo estipulado, falta de pluralidade ou decisão judicial. Nesse caso, inicia-se a fase de liquidação, conforme as disposições legais aplicáveis.

Dessa forma, a sociedade limitada equilibra proteção patrimonial, flexibilidade contratual e um sistema de governança eficiente, sendo amplamente adotada no cenário jurídico-empresarial brasileiro. Os fundamentos legais, aliados às análises doutrinárias de autores como Coelho (2021) e Mamede (2020), reafirmam sua relevância e aplicabilidade no Direito Empresarial.

### **Tema Geral:**

Direito empresarial: Sociedade Limitada.

### **Tema Específico do Grupo:**

Sociedade Limitada: Aspectos Jurídicos no Direito Empresarial.

# Centro Universitário Processus

## **Problema verificado:**

A falta de conhecimento sobre a regulamentação jurídica da sociedade limitada é um problema recorrente entre empreendedores e gestores, especialmente aqueles que iniciam suas atividades empresariais sem a devida orientação legal. Muitos desconhecem aspectos fundamentais, como a limitação da responsabilidade dos sócios, a obrigatoriedade de integralização do capital social e os deveres administrativos previstos no Código Civil.

Esse desconhecimento pode levar a falhas na elaboração do contrato social, comprometendo a segurança jurídica da empresa e dos próprios sócios. Além disso, a ausência de informações sobre os mecanismos de deliberação e administração pode gerar conflitos internos e dificuldades na tomada de decisões estratégicas. Como ressalta Mamede (2020), a sociedade limitada oferece uma estrutura flexível, mas essa característica exige compreensão dos dispositivos normativos para uma gestão eficaz.

Outro impacto relevante é a falta de percepção sobre os riscos de responsabilização do administrador em caso de abuso de poder ou desvio de finalidade. Conforme Coelho (2021), o administrador deve atuar com diligência e lealdade, sob pena de responder civil e criminalmente. No entanto, muitos sócios e gestores desconhecem essas obrigações, expondo-se a litígios e sanções jurídicas.

Dessa forma, a disseminação do conhecimento sobre a regulamentação da sociedade limitada é essencial para garantir maior segurança jurídica às empresas e evitar problemas decorrentes da falta de conformidade com a legislação vigente.

## **Objetivo geral:**

Analisar a regulamentação jurídica da sociedade limitada no Direito Empresarial, com base no Código Civil e conscientizar pequenos e médios empresários sobre o ordenamento jurídico vigente.

## **Objetivos específicos:**

Estudar a regulamentação jurídica acerca da sociedade limitada;

## **Centro Universitário Processus**

Identificar os desafios do desconhecimento do ordenamento jurídico no cotidiano de pequenos e médios empresários;

Conscientizar pequenos e médios empresários sobre a legislação que os regulamenta.

### **Justificativa:**

A sociedade limitada é amplamente adotada no Brasil, especialmente entre pequenas e médias empresas, tornando essencial a compreensão de sua regulamentação para garantir segurança jurídica e eficiência na gestão. O estudo dessa modalidade societária contribui para a formação de profissionais do Direito, permitindo a correta aplicação das normas e prevenindo equívocos que possam comprometer as relações empresariais. Além disso, a falta de conhecimento sobre suas regras pode resultar em falhas contratuais, conflitos internos e até mesmo na responsabilização indevida de sócios e administradores, afetando a continuidade dos negócios. Assim, esta pesquisa visa aprofundar a análise jurídica da sociedade limitada e fornecer subsídios que auxiliem empreendedores e operadores do Direito na aplicação adequada da legislação, promovendo maior estabilidade e segurança no ambiente empresarial.

### **Metas:**

Compreender a regulamentação da sociedade limitada no Direito Empresarial.

Identificar os principais desafios e consequências da falta de conhecimento jurídico sobre essa modalidade societária.

Demonstrar a importância da correta elaboração do contrato social e da integralização do capital para a segurança jurídica dos sócios e da empresa.

Propor uma cartilha que auxilie na disseminação do conhecimento jurídico sobre a sociedade limitada, contribuindo para uma gestão empresarial mais segura e eficiente.

### **Hipótese / Resultado esperado:**

## Centro Universitário Processus

Almeja-se que a devida aplicação do projeto contribua para a ampliação do conhecimento e a disseminação de saberes jurídicos sobre o tema, contribuindo para a correta aplicação desses ditames por parte de pequenos e médios empresários em suas relações contratuais.

### **Metodologia:**

O presente projeto adota a pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque bibliográfico, baseada na análise de legislações, doutrinas e artigos acadêmicos que tratam da sociedade limitada no Direito Empresarial. A pesquisa fundamenta-se nos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil, além de obras de renomados juristas, para compreender os aspectos normativos e práticos dessa modalidade societária.

**Data de início:** 17 de fevereiro de 2025

**Data de término:** 10 de julho de 2025

### **Referência Bibliográfica:**

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em: 2 abr. 2025.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro: Sociedades Empresárias**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

ASSIS, Araken de. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Sociedades Comerciais: teoria e prática**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

CAMPINHO, Sérgio. **Sociedade Limitada e Sociedade Anônima**. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2020.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

SCHMIDT, Cláudia Marques. **Aspectos jurídicos da sociedade limitada**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2020.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. **Curso de Direito Empresarial**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.



# Centro Universitário Processus